



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ FERNANDES DA SILVA
CARLOS JESSÉ NUNES DE ALMEIDA

**NEGLIGÊNCIA PARENTAL E AS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E EMOCIONAL DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

FORTALEZA

2023

BEATRIZ FERNANDES DA SILVA E CARLOS JESSÉ NUNES DE ALMEIDA

**NEGLIGÊNCIA PARENTAL E AS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E EMOCIONAL DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Fametro (Unifametro), como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Amanda Livia de Lima Cavalcante

FORTALEZA

2023

BEATRIZ FERNANDES DA SILVA E CARLOS JESSÉ NUNES DE ALMEIDA

**NEGLIGÊNCIA PARENTAL E AS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E EMOCIONAL DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Fametro (Unifametro), como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Amanda Livia de Lima Cavalcante

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Amanda Livia de Lima Cavalcante

Orientador (a) – Centro Universitário Fametro

Prof. Ms. Maria Zelfa de Souza Feitosa

Examinador 1º – Centro Universitário Fametro

Prof. Ms. Karen Steffanny Crisóstomo Ramos

Examinador 2º - Centro Universitário Fametro

FORTALEZA

2023

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização do nosso TCC. Em primeiro lugar, agradecemos a Deus por nos guiar e inspirar ao longo desse processo.

Gostaríamos também de agradecer a nossa primeira orientadora, Aline Gadelha, por sua valiosa contribuição para o projeto, mesmo tendo que se ausentar por licença maternidade. Seu apoio e orientação foram fundamentais para o início do trabalho.

Agradecemos também à nossa atual orientadora, Amanda Livia, por seu enorme acolhimento e ajuda durante todo o processo de elaboração do TCC. Sua orientação, feedback e conhecimento foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos à banca avaliadora desse trabalho de conclusão, por aceitar nosso convite, pelo tempo cedido, pelos retornos valiosos fornecidos durante o processo de avaliação. Suas contribuições foram e serão fundamentais para o aprimoramento desse trabalho e de pesquisas futuras que serão realizadas, além do nosso crescimento acadêmico.

Por fim, gostaríamos de expressar nossa gratidão a todos os colegas que nos acompanharam nessa trajetória, compartilhando experiências e aprendizados. Também deixo meus agradecimentos a Felícia, grande companheira, que esteve junto a mim durante todos esses anos de formação e principalmente no processo de escrita desse trabalho. Todos vocês foram essenciais para o nosso crescimento pessoal e profissional.

Muito obrigado!

Para tudo há uma ocasião certa; há um tempo certo
para cada propósito debaixo do céu.

Eclesiastes 3:1

NEGLIGÊNCIA PARENTAL E AS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EMOCIONAL DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Beatriz Fernandes da Silva ¹

Carlos Jessé Nunes de Almeida ²

Amanda Lívia de Lima Cavalcante ³

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da negligência parental como uma violência que tem implicações no desenvolvimento social e emocional de crianças. O estudo acerca desse tema se faz relevante para o campo da Psicologia, uma vez que, poderá ser potente para a compreensão no âmbito acadêmico e social. Sabemos que o assunto é de grande importância, já que o dano ao desenvolvimento da criança é significativo, afetando em diversos segmentos, como: psicológico, educacional, cultural, econômico, entre outros. Neste contexto, devemos entender os causadores, as dificuldades e os meios de ajuda, na qual a criança pode recorrer, dando a devida credibilidade sobre o contexto em que a mesma está inserida. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as implicações da negligência parental no desenvolvimento social e emocional de crianças. Para isso foram utilizados os objetivos específicos: i) expor sobre o percurso histórico da infância, ii) refletir sobre as relações familiares e a negligência parental e iii) discutir sobre as especificidades do desenvolvimento das crianças. O percurso metodológico caracterizou-se por pesquisa qualitativa do tipo revisão de literatura integrativa. Esse método sistematiza a perspectivas dos autores, juntamente com a visão crítica de quem está analisando. Os dados coletados foram submetidos a vários critérios avaliativos, na qual 8 artigos foram utilizados como referência para discutir sobre o assunto. Considera-se que, os resultados evidenciados, sendo eles: a negligência parental e social na sociedade brasileira; a criança diante da violência; o fator econômico como um problema social; os profissionais da saúde e sua importância na identificação de negligência; a família e os vínculos afetivos; a mãe vista como a responsável e irresponsável; a postura do pai em relação à criação da criança e a comunicação não violenta no desenvolvimento social e emocional das crianças, baseado nesses assuntos destacados acreditamos que esse estudo possa ser utilizados por

¹ Graduando do curso de Psicologia da Unifametro

² Graduando do curso de Psicologia da Unifametro

³ Prof.^a Ms.^a do curso de Psicologia da Unifametro

outros profissionais que atuam direta e indiretamente com o público, visando adquirir conhecimento, ou motivá-los na melhoria da qualidade de vida das crianças.

Palavras-chave: infância; família; negligência; desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

The present study addresses the issue of parental neglect as a form of violence that has implications for the social and emotional development of children. The study on this topic is relevant to the field of Psychology, since it can be powerful for understanding in the academic and social spheres. We know that the subject is of great importance, since the damage to the child's development is significant, affecting several segments, such as: psychological, educational, cultural, economic, among others. In this context, we must understand the causes, the difficulties, and the means of help, to which the child can resort, giving due credibility to the context in which it is inserted. The general objective of this research is to analyse the implications of parental neglect on the social and emotional development of children. For this, the specific objectives were used: i) to expose the historical path of childhood, ii) to reflect on family relationships and parental neglect and iii) to discuss the specificities of children's development. The methodological path was characterized by qualitative research of the integrative literature review type. This method systematizes the authors' perspectives, along with the critical view of the person analysing. The collected data were submitted to several evaluative criteria, in which 8 articles were used as a reference to discuss the subject. It is considered that the evidenced results, namely: parental and social neglect in Brazilian society; the child facing violence; the economic factor as a social problem; health professionals and their importance in identifying negligence; family and affective bonds; the mother seen as responsible and irresponsible; the father's position in relation to child-rearing and non-violent communication in the social and emotional development of children, based on these highlighted issues, we believe that this study can be used by other professionals who work directly and indirectly with the public, with the aim of acquire knowledge, or motivate them to improve the quality of life of children.

Keywords: infancy; Family; negligence; child development.

1 INTRODUÇÃO

A negligência parental é um fenômeno que vem sendo amplamente estudado nos últimos anos, tendo em vista suas implicações no desenvolvimento em geral das crianças. O interesse na temática decorre da influência que a negligência pode exercer sobre a vida dessas crianças, afetando seu bem-estar físico e mental, sua capacidade de estabelecer relações interpessoais saudáveis, e seu futuro profissional e pessoal. A negligência parental pode ter consequências a curto e longo prazo, acarretando prejuízos no desenvolvimento de crianças vítimas de negligência, sendo importante entender seus efeitos para que se possam desenvolver estratégias de prevenção e intervenção adequadas (FONSECA; FERREIRA, 2019 *apud* COLERE *et al* 2021).

A pesquisa em questão visa abordar a problemática da negligência parental. A relevante influência que a temática exerce sobre as crianças justifica a importância desta pesquisa, uma vez que a relação entre negligência e desenvolvimento infantil estão interligadas. É fundamental compreender essa temática para que se possam desenvolver políticas públicas e estratégias de intervenção adequadas para prevenir e tratar as consequências desse fenômeno. Dados recentes mostram que o Brasil já registrou mais de 119,8 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes em 2021 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2021), reforçando ainda mais a importância dessa pesquisa e a necessidade de ações efetivas para combater esse problema.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as implicações da negligência parental no desenvolvimento social e emocional de crianças. Para isso foram utilizados os objetivos específicos: i) expor sobre o percurso histórico da infância, ii) refletir sobre as relações familiares e a negligência parental e iii) discutir sobre as implicações da negligência parental no desenvolvimento de crianças. Desta forma, baseado nessas abordagens foi possível estudar a influência desse abandono afetivo no bem-estar físico e mental das crianças, examinar como as relações interpessoais e familiares podem ser afetadas pela negligência parental, e avaliar as consequências a longo prazo no desenvolvimento futuro das crianças.

A negligência é uma das formas mais prevalentes de violência contra crianças no Brasil. A mesma pode ser definida como a falta de provisão para as necessidades básicas de uma criança, como alimentação adequada, abrigo, cuidados médicos e educação. Essa omissão pode ter efeitos graves e duradouros na vida da criança, incluindo problemas de saúde mental e física, além de afetar negativamente seu desenvolvimento cognitivo e

psicosocioemocional. Para prevenir a negligência, é interessante enfatizar a importância de programas de apoio e políticas públicas para as famílias vulneráveis, bem como de campanhas de conscientização e educação para o público em geral sobre a importância de garantir o bem-estar das crianças (NUNES e SALES, 2016).

A presente pesquisa contribui para a compreensão da negligência parental como um fenômeno complexo e com implicações significativas no desenvolvimento infantil, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de intervenção adequadas. A estrutura do trabalho envolve uma revisão bibliográfica do tipo revisão de integrativa de literatura, acerca da temática, seguida de uma análise crítica dos resultados e uma discussão dos achados, bem como das implicações teóricas e práticas dos mesmos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução histórica do conceito de infância

As referências à criança e ao período infantil do desenvolvimento humano vem sendo mencionada tardiamente na história da humanidade. Segundo Caldeira (2018), o interesse pelos anos da infância é um fenômeno recente, que vem sendo aprofundado há pouco tempo e acaba sofrendo algumas mudanças significativas ao longo da história. Tais transformações de cunho social, político e econômico estão relacionadas ao modo de como a sociedade trata a criança atualmente quando comparadas a como elas eram tratadas no período medieval.

Posto isso, vale salientar que na Idade Média (476-1453), a infância se caracterizava por um período de inexperiência e dependência, pois as mesmas não possuíam uma compreensão cognitiva acerca do mundo quando comparadas a um adulto, não possuindo um valor para a sociedade. Por não haver distinções entre adultos e crianças, cabia a elas aprender as tarefas do dia a dia, trabalhar e ajudar os mais velhos nos serviços. As mesmas eram vistas e tratadas como adultos em miniatura, pois trabalhavam nos mesmos locais, usavam as mesmas roupas e recebiam o mesmo tratamento que os adultos (ARIÈS, 1981).

Como ressalta Henick e Faria (2015) “[...] a família não percebia as necessidades específicas das crianças, não as via como um ser com peculiaridades e que precisavam de atendimento diferenciado”, apenas eram diferentes dos adultos pelo seu tamanho. Isto posto, percebe-se que o sentimento de infância era algo escasso ou até mesmo inexistente, pois o óbito de crianças era tratado com naturalidade pelas famílias, visto que não havia preocupação em oferecer cuidados básicos como, higiene, alimentação, educação e saúde (ARIÈS, 1981).

Além das mortes por falta desses cuidados, também ocorriam altos índices de infanticídio, que por vezes eram praticados com fins religiosos onde muitas vezes ocorria o sacrifício de crianças, servindo para extinguir filhos ilegítimos ou até mesmo com uma má-formação (GOMES, 2018).

Durante a Idade Média a prática do feudalismo dominava, onde esses feudos eram autossustentáveis, não havendo cidades, e sem utilização de dinheiro. Nos séculos XV e XVI progressivamente o feudalismo foi dispersado, surgindo a centralização do poder com a formação de monarquias absolutas, juntamente com as colonizações e a comercialização de escravos (SANTOS & MOLINA, 2019).

É durante a Idade Moderna que o conceito de infância foi começando a ser delineado. Segundo Ariès (1981) no século XVI e XVII foi apresentada uma nova postura familiar voltada para a área sentimental, alterando assim as atitudes e a relação interna para com a criança, o autor utilizou dessas afirmações baseando-se nas análises iconográficas, sendo retratado na literatura e nas pinturas, demonstrando assim mudanças significativas na forma que a criança era vista pelos adultos.

Santos e Molina (2019) reforçam que essa mudança se dá pela valorização do humano durante esse período, no mesmo momento existe uma luta para modificar o regime e melhorar a qualidade de vida, além da reforma protestante e o início do capitalismo baseado no comércio e na liberdade dos homens, a partir deste momento alguns pensadores iniciaram a percepção sobre a existência da infância e sobre a educação.

Cada família agora queria possuir retratos de seus filhos, mesmo na idade em que eles ainda eram crianças. Esse costume nasceu no século XVII e nunca mais desapareceu. No século XIX, a fotografia substituiu a pintura; o sentimento não mudou (ARIÈS, 1981, p. 61)

Deste modo, é a partir do século XIX que começa a sintetizar o interesse pela proteção infantil, consequência propriamente dita da Revolução Industrial (Bezerra Lins, 2014). Vale salientar que nesse período em que a mão de obra de trabalho era relevante para economia, que a exploração do trabalho infantil atingiu seu auge, ou seja, crianças a partir de quatro anos de idade eram submetidas a regimes laborais de cerca de 14 horas diárias em locais insalubres, sem controle de acidentes e em troca de alimentação e moradia.

Vale salientar que foi somente a partir do século XX que a criança começa a ser percebida como parte da sociedade, obtendo um lugar de prestígio e centralidade dentro do contexto familiar, além da garantia dos seus direitos.

Segundo Sarmiento (2013) essas mudanças ocorreram em decorrência de várias transformações históricas, políticas, culturais e econômicas, em que salientaram a mudança da modernidade para a pós-modernidade, sendo alguma delas a democratização, industrialização, urbanização, escolarização em grande porte e a globalização, deste modo essa série de processos salientaram que a infância parasse de ser vista apenas como uma fase de preparação para a vida adulta e fosse valorizada em si, como uma categoria socialmente relevante e portadora de culturas próprias.

Ademais, foi através da aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959, da Declaração dos Direitos da Criança, a qual promulga “a criança deve gozar de proteção especial e beneficiar de oportunidades e facilidades para se desenvolver de maneira sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade” que o olhar de cuidado começou a ser moldado (GOMES, 2018).

Partindo desse contexto, pontua-se que trinta e um anos depois, no Brasil surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa não somente a proteção da criança, mas também do adolescente. Essa Lei de N.º 8.069, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demanda proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado (BRASIL, 1990).

Desta forma, a família consolida-se como a instituição responsável por constituir o ambiente onde proporciona padrões de responsabilidades, respeito, moral e peculiaridades pessoais, fazendo assim com que o infante seja legalmente amparado e moldado a partir desse contexto. Logo podemos afirmar que o primeiro ambiente com o qual esse sujeito entra em contato é a família, recebendo estímulos e influências ambientais que podem alterar esse padrão de comportamento, pois é nessa instituição que a criança vivência as primeiras situações de aprendizado e introjeção de normas, padrões e valores.

Nesse cenário é relevante pontuar que caso a família não esteja funcionando adequadamente, ou seja, não esteja protegendo os filhos no sentido de manutenção de suas necessidades básicas, os membros que a compõem podem ser prejudicados (DA SILVA e PEREIRA, 2018).

Nesse sentido, a relação familiar busca garantir à criança pequena a apropriação de hábitos, culturas e também faz com que ela consiga sobreviver por meio da atenção de suas necessidades básicas, mais emergentes. Portanto, o indivíduo aprende interagindo com o outro e com o mundo que o cerca, internalizando os conhecimentos históricos e culturais adquiridos pela sua formação social.

2.2 Desenvolvimento social e emocional: vygostky e wallon

Durante o século XX, os estudos sobre desenvolvimento infantil ganharam força, pois autores como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Wallon, dedicaram-se ao estudo sobre as especificidades do mundo da criança, tentando mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir de trocas estabelecidas entre os sujeitos e o meio (DOS SANTOS, 2020).

O desenvolvimento infantil pode ser estabelecido como um processo de modificações progressivas e contínuas. Papalia e Feldman (2013) citam que essas mudanças estão relacionadas a capacidade física, cognitiva e sócioemocional da criança, e essas alterações são influenciadas por diversos fatores, sendo eles biológicos, ambientais e culturais, além do ambiente físico e social em que a criança está inserida. O autor apresenta que esse desenvolvimento é marcado por períodos em que há uma maior facilidade em certas habilidades e competências serem adquiridas ou aperfeiçoadas.

Posto isso, a família é considerada o espaço inicial de relações sociais da criança, com potencial em fornecer a ela um ambiente favorável para seu desenvolvimento (CORREA; MINETTO; CREPALDI; 2018). É com ela que se inicia o aprendizado de conceitos, regras e cultura necessários para o processo de socialização do indivíduo.

A partir disso, Vygotsky (1991) vai afirmar que o funcionamento psicológico estrutura a partir das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o mundo exterior, pois a família constitui-se como o meio que mais influência o desenvolvimento social da criança já que é nesse espaço ela se desenvolve, cresce, e passa por um longo processo de apropriação da cultura de um determinado povo. Para esse teórico, o sujeito é interativo, ao adquirir conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação (MEGALE; LIBERALI, 2020).

A teoria sociocultural de Lev Vygotsky se assemelhava com Piaget nos processos sociais e culturais, entretanto Vygotsky via o crescimento cognitivo com um processo em que há colaboração, na qual os adultos ou os mais próximos devem instruir e estruturar a aprendizagem da criança para que assim ela consiga dominá-la, essa orientação é de grande importância para auxiliar a criança na travessia pela zona de desenvolvimento proximal que é o espaço em que ela consegue fazer sozinha e o que ela necessita de auxílio (PAPALIA & FELDMAN, 2013).

Wallon (1934), afirma que a compreensão da constituição do ser humano ocorre a partir de seu organismo e suas funções potenciais que surgem segundo as etapas biológicas de

desenvolvimento, realizando conforme as circunstâncias que encontra no meio. Ele afirma que a afetividade está diretamente ligada às emoções e a construção de um ser humano sadio, sendo considerada tudo aquilo que afeta, negativa ou positivamente a vida do ser humano, logo a afetividade torna-se relevante na vida da criança enquanto os pais possam nutri-las de atenção e carinho (seja reforçando ou não hábitos e limites que para aquela família são importantes), objetivando a construção de sua identidade (PEREIRA, 2017).

A teoria Psicogenética de Henri Wallon nos traz a importância do ambiente onde a criança está e as interações com outras pessoas no seu desenvolvimento, Faria (2015) realça a necessidade de quem educa essa criança esteja atento às suas subjetividades e aconselha que o ideal seria um ambiente rico em estímulos para o avanço do mesmo, a autora também cita que Wallon foi de suma importância para a educação geral, mas com a maior ênfase na educação infantil.

Embora haja diferenças entre as teorias de Wallon e Vygotsky, ambas enfatizam a importância das relações sociais e da afetividade no processo de aprendizagem (HAHN e FERRERO, 2018), segundo os autores, a teoria de Wallon destaca a importância do afeto na construção da subjetividade, enquanto Vygotsky destaca o papel da interação social na formação da mente. Desse modo, é perceptível a influência do meio no desenvolvimento humano, por ser a partir do contato e das relações construídas nesse ambiente que a criança entenderá o ambiente ao seu redor e irá interagir com outros espaços sociais, como a escola, ambiente de lazer e outros.

2.3 Relações familiares e negligência parental

O conceito de configuração e estrutura familiar é o que nos permite conhecer e compreender a composição e função de uma família. Pode-se pensar a configuração familiar em termos dos arranjos e disposições dos membros que compõem uma família. Sendo assim, a família tem diferentes configurações. Essas combinações variam desde os modelos mais tradicionais, como, por exemplo, pai, mãe e filho, que reproduzem o modelo tradicional definido pela consanguinidade e parentesco, até as mais complexas que coexistem em nossos dias (PRÁ, 2013).

Segundo Da Silva, Rebelatto e Gouveia (2019), durante séculos, a definição de família esteve vinculada à constituição do casamento sem reconhecer outros vínculos, tanto pela intervenção da igreja nos propósitos familiares para adequar a família aos seus padrões,

quanto pelo dote e posição social oferecida. A definição da configuração do grupo familiar se tornou mais complexa ao longo dos anos devido a fenômenos sociopolíticos, avanços tecnológicos e outros fatores. Ao longo dos anos, os certos fenômenos sociopolíticos e avanços tecnológicos, entre outros, trouxeram maiores níveis de complexidade na definição da configuração do grupo familiar.

Posto isso, atualmente a família é conceituada como um conjunto, formado por um ou mais indivíduos, ligados por laços biológicos ou sociopsicológicos, vivendo sob o mesmo teto e mantendo ou não o mesmo núcleo familiar. As famílias se qualificam da seguinte forma: família matrimonial; família informal; família homoafetiva; família monoparental; família parental; família pluri parental; família paralela; família unipessoal (DA SILVA, REBELATTO, GOUVEIA; 2019).

A família matrimonial é conceituada como aquela que se constitui a partir da oficialização do matrimônio (casamento); a família informal sendo constituída pela união estável; a família homoafetiva constituída por pessoas do mesmo sexo; a família informal como sendo aquela consolidada pela união estável; a família monoparental constituída por um dos pais e seus filhos; família parental é aquela que se estabelece através do vínculo de pai, mãe e seus filhos, sejam eles adotivos ou biológicos; família pluri parental resultam da pluralidade das relações parentais, causada pelo divórcio, pela separação, pelo recasamento; família paralela é aquela que se opõe ao princípio da monogamia, a qual um dos cônjuges participa, paralelamente a primeira família, como cônjuge de outra (s) família (s); família unipessoal é aquela composta por apenas uma pessoa, ou seja, somente uma pessoa (DA SILVA, REBELATTO, GOUVEIA; 2019).

Portanto, com essas novas modalidades e arranjos familiares (recasamentos, uniões homoafetivas, adoções, filhos criados pelos avós, mães/pais solteiros), a definição de uma família saudável passa a não ser compatível com o modelo anterior de família nuclear (pai, mãe e filho). O que define o funcionamento saudável não são os elementos que compõem uma família, mas como eles se configuram, quais são seus lugares e funções na dinâmica familiar (SILVA; GONTIJO; 2016).

Não importa tanto quem são as pessoas, mas como elas se relacionam entre si e com a criança, e o que essa criança precisa realizar no sentido de obter satisfação para suas necessidades dentro desse contexto (AGUIAR; 2014, p. 95).

O grau de influência da família na criação de um ambiente favorável aos seus membros e a uma “dinâmica da vida social”, pois é constituída por diferentes indivíduos que compartilham experiências e que criam a expansão da cultura, que vão sendo absorvidas uns

pelos outros, consolidando a identidade e o significado que seus membros lhe atribuem (DA SILVA, REBELATTO, GOUVEIA; 2019).

A partir desse contexto, podemos pontuar que o sistema familiar é considerado o principal meio de socialização, tornando-se a primeira estrutura social que o ser humano vai estar inserido nos primeiros anos de vida. Em síntese, o ambiente familiar e suas relações contribuem para o desenvolvimento afetivo-social e cognitivo da criança (GUIMARÃES, 2013).

Segundo Silva e Gonjito (2016), a família é considerada uma instituição responsável pelos afetos, sentimentos e amor, pela construção social, pelo espaço necessário para garantir a sobrevivência, buscando acompanhar e apoiar o desenvolvimento de modo a garantir uma proteção integral dos demais membros da família, independentemente da disposição e formas da estrutura. Desse modo, a família pode atuar como estimuladora e protetora no processo de existir dessa criança, assim como pode ser um fator de risco para o seu desenvolvimento (DA SILVA et al 2019).

Maturano e Elias (2016) afirmam que quando não se possui um ambiente que proporcione um bom desenvolvimento para criança, principalmente no âmbito familiar, dispondo de traumas, negligência familiar, instabilidade tanto afetiva como ambiental, isso pode se tornar um fator de risco em sua maturação, desencadeando novas questões.

As interações criança-ambiente podem assim engendrar processos promotores do desenvolvimento, em circunstâncias favoráveis, como também mecanismos de vulnerabilidade ou proteção, diante da adversidade (MATURANO; ELIAS, 2016).

Dessa forma, entende-se que a parentalidade pode ser considerada positiva quando os interesses da criança são levados como prioritários, instigando qualidades essenciais que permitam o desenvolvimento integral da criança, em contrapartida, podemos considerar a parentalidade como sendo de natureza negativa quando os pais deixam de prover o desenvolvimento e o bem-estar da criança em uma das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, abrigo, condições seguras.

Posto isso, a ausência desses cuidados está entre as formas mais recorrentes de maus-tratos. A negligência parental é concebida por ações regulares de omissões por parte dos pais ou responsáveis, pelos quais deixam de prover o desenvolvimento e o bem-estar da criança nas seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, abrigo e condições seguras (PASIAN, 2013).

Sendo assim, a negligência é dividida em negligência emocional que ocorre quando a criança e adolescente não recebem suporte e afeto necessários para o seu desenvolvimento; em negligência física caracterizada pela falta de alimentação, higiene e cuidados básicos de saúde e negligência educacional, que é quando os pais ou responsáveis não proporcionam o necessário para formação intelectual.

Portanto, os pais se tornam alicerces fundamentais na construção da identidade da criança, pois a instituição família pode reunir as condições necessárias ao seu desenvolvimento, sendo fundamental que atendam às suas necessidades básicas. Diante dessas necessidades, surge a educação parental, cujo objetivo é promover a reflexão sobre as práticas dos pais conforme as necessidades de desenvolvimento das crianças. Dessa forma, as intervenções com foco na parentalidade tem como intuito prevenir os maus-tratos e a negligência contra crianças e construir estratégias para o bem-estar nas interações familiares (GARCIA; YUNES; ALMEIDA, 2016).

3 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo revisão integrativa de literatura. A revisão integrativa de literatura é um método cuja finalidade é sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente (ERCOLE; MELLO; ALCOFORADO, 2014).

Para realização do presente trabalho foram seguidas as seguintes etapas: escolha do tema e da questão norteadora, critérios de inclusão e exclusão para busca nas bases de dados, categorização das informações encontradas nos estudos sobre infância, desenvolvimento infantil, família e negligência.

Ao longo do estudo foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) e Ebsco Host. Na pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: infância, família e negligência em uma busca, que resultou em quatro artigos; entretanto, apenas um artigo possuía os descritores ou similares no assunto sendo resgatado da plataforma SciElo para análise e denominado: “Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância”.

Em uma segunda busca com os descritores: desenvolvimento infantil, negligência e infância nas três plataformas utilizadas, resultou em apenas quatro obras; entretanto, apenas um artigo possuía os descritores ou similares no assunto sendo resgatado da plataforma Ebsco Host e denominados: “Violência contra crianças no cenário brasileiro” que a princípio não

seria resgatada para análise por não possuir família como assunto nas palavras-chave, mas devido à carência de artigos encontrados foi selecionado para análise.

Devido à escassez de referências nas plataformas investigadas sobre as temáticas deste trabalho de forma articulada, foram utilizadas a busca dos termos separadamente, sendo “infância e família”, “infância e negligência”, e “família e desenvolvimento infantil” como estratégias para expandir a busca.

O levantamento foi realizado no mês de dezembro a março, sendo utilizado como critério de inclusão: obras em língua portuguesa, na área temática da psicologia, em coleções do Brasil, no formato de artigo, publicadas entre 2013 e 2023, pois é relevante para o meio acadêmico trazer informações atualizadas sobre o tema. E os critérios de exclusão foram: obras em inglês, monografias, que não disponibilizam o texto completo, que estavam duplicadas ou indisponíveis.

Para uma melhor compreensão da pesquisa, foram construídas tabelas desse processo de busca:

Tabela 1: Resultados Encontrados em três plataformas

DESCRITORES	SCIELO	PEPSIC	EBSCOHOST
INFÂNCIA E FAMÍLIA	3	6	6
INFÂNCIA E NEGLIGÊNCIA	8	0	23
FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	9	2	2
INFÂNCIA, FAMÍLIA E NEGLIGÊNCIA	4	1	28
NEGLIGÊNCIA, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	0	0	4
TOTAL	24	9	63

DESCRITORES	SCIELO	EBSCOHOST
INFÂNCIA E FAMÍLIA E NEGLIGÊNCIA	4	-
NEGLIGÊNCIA E INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL	-	4
RESULTADOS APÓS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	1	1
TOTAL	1	1

FONTE: Elaborado pelos autores.

Tabela 2: Artigos selecionados para análise

PROCESSO DE RESULTADOS	SCIELO	PEPSIC	EBSCOHOST
------------------------	--------	--------	-----------

RESULTADO BRUTO	24	9	63
RESULTADO APÓS OS CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	3	2	3
TOTAL	8 OBRAS		

FONTE: Elaborado pelos autores.

A partir dos descritores escolhidos no presente estudo, a busca resultou em 96 artigos (noventa e seis) artigos em 3 (três) plataformas, Scielo, Pepsic e Ebscohost, destes, após à exclusão por estarem repetidas, em idiomas estrangeiros, indisponíveis, monografias, restaram 8 obras para análise.

4 RESULTADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi feita uma leitura flutuante dos resumos e palavras-chave de cada artigo, onde 88 artigos foram excluídos por não atingirem aos critérios desejados, conforme descrito no tópico anterior. Posto isso, foram analisados 8 artigos, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 3: Artigos analisados

Nº	TÍTULO	AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
1	A criança em foco: conversando sobre práticas parentais e estratégias de negociação	DA SILVA, Emily Ribeiro; PEREIRA, Melina Carvalho/ 2018.	Artigo de pesquisa qualitativa que contou com dezesseis crianças, de 7 a 10 anos, entrevistas individuais semiestruturadas, grupos focais e posterior análise de conteúdo.	Esse estudo teve como objetivo examinar a perspectiva da criança, a ocorrência do protagonismo infantil em seu processo educativo, destacando a criança como construtora ativa de significações sobre a realidade	Ressalta-se a capacidade demonstrada pelas crianças de perceber os processos intrafamiliares e se apropriarem destes, principalmente de forma crítica, buscando não apenas adaptar-se ao contexto, mas também questionar algumas práticas utilizadas pelas figuras.
2	Violência contra crianças no cenário brasileiro	NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES,	Artigo de revisão Integrativa,	O objetivo deste artigo é caracterizar por	Conclui-se que os pais são os maiores perpetradores da

		Magda Coeli Vitorino/ 2016.	banco de dados: SciELO e Lilacs.	meio das evidências científicas a violência infantil no cenário brasileiro.	violência contra crianças, principalmente entre aquelas com faixa etária menor ou igual a 5 anos, destacando-se a mãe como a maior agressora. Sendo necessário que o profissional de saúde, trace metas a fim de intervir de forma a resgatar os valores da família, medidas de educação em saúde e de forma continuada
3	Violência e maus-tratos na infância e adolescência.	FRANZIN, LUCIMARA CHELES DA SILVA et al / 2013.	Artigo de revisão de literatura, período de 2000 a 2011, por meio de bases de dados nacionais e internacionais, BVS/ Portal Bireme (Medline LILACS, SciELO).	Abordar o conhecimento sobre o tema violência e maus-tratos contra a criança e o adolescente.	Explicita-se a necessidade de considerar a multicomplexidade e a relevância do impacto provocado pela violência e maus-tratos na grande maioria das vítimas, tanto na infância e adolescência, quanto na vida adulta, para a formulação de estratégias de prevenção e controle.
4	Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis.	FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias / 2019.	Trata-se de estudo de coorte retrospectiva.	O objetivo desse artigo é caracterizar o perfil das crianças vítimas de violência doméstica e de seus agressores e avaliar a eficácia	Revelou-se a mãe como principal agressora; renda mensal de até um salário mínimo e história de uso de álcool mostraramse associados à violência, o estudo também

				das intervenções judiciais.	revelou a importância do Poder Judiciário no enfrentamento à violência praticada contra crianças e adolescentes, visto que na quase totalidade dos processos analisados as crianças saíram da situação de risco, após intervenção judicial.
5	Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância	MATA, Natália, SILVEIRA, Liane, DESLANDES, Suely, 2017.	Trata-se de um estudo qualitativo, com base em uma pesquisa bibliográfica prévia acerca do conceito de negligência. O levantamento bibliográfico foi realizado na Biblioteca Virtual de Saúde, SciELO, Scopus e Web of Science	O objetivo do artigo é problematizar as denominações de negligências direcionadas às famílias no contexto de práticas de cuidados consideradas insuficientes ou inadequadas para crianças e adolescentes.	Os resultados apontam que há rótulos acusatórios e omissões graves em relação às configurações familiares, fatos que reforçam a complexidade de definir uma situação como negligência: as famílias podem reproduzir, praticar ou sofrer negligências.

FONTE: Elaborado pelos autores.

Tabela 3: Artigos analisados

Nº	TÍTULO	AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	OBJETIVO	RESULTADOS E CONCLUSÃO
6	Saúde Mental Infantil na atenção primária à saúde: discursos de	GOMES, Fernanda Márcia de Azevedo et al/2015	Artigo de pesquisa qualitativa. A população alvo desta pesquisa consistiu nos profissionais	A pesquisa buscou compreender sentidos e significados sobre saúde mental	O processo de análise do material resultou na delimitação de cinco núcleos de

	profissionais médicos.		médicos vinculados às equipes da ESF e pediatras dos centros de saúde (UBS e ESF)	infantil (SMI) dos profissionais médicos da APS por meio dos seus discursos.	significação cuja denominação refere-se a passagens curtas, porém significativas, das entrevistas transcritas. Por meio da investigação realizada, foi possível evidenciar uma multiplicidade de desafios que apresentam em termos das políticas públicas no sentido da implantação de ações de SMI.
7	Paternidade em Diferentes Configurações Familiares e o Desenvolvimento Emocional da Filha	SCAGLIA, Andressa Pin; MISHIMA-Gomes Fernanda Kimie Tavares; BARBIERI, Valéria / 2018.	Artigo de Pesquisa Qualitativa, instrumentalizada pelo Referencial Teórico Metodológico Psicanalítico.	Objetivou-se Compreender como pais inseridos em diferentes configurações familiares experimentam a função paterna, associando suas vivências ao desenvolvimento do self de suas filhas.	Os resultados apontaram que os pais demonstram, de modo singular, pouca clareza quanto aos limites e às possibilidades do exercício de suas funções e deficiências para proporcionar um ambiente suficientemente bom para as meninas, principalmente no que se refere ao oferecimento de holding. Assim, destaca-se a importância não no arranjo familiar ao qual a díade pertence, mas das posições que a criança e o pai ocupam na família.
8	Programa de orientação familiar desenvolvido no	QUITERIO, Patrícia Lorena <i>et al</i> / 2021.	O estudo com caráter exploratório, metodologia de	Tem como objetivo a orientação de famílias com foco	Constatou-se por meio dos registros dos familiares,

	serviço de psicologia.		análise e qualitativa, seguiu um delineado quase experimental.	na prevenção de problemas de comportamento e promoção de saúde favorece a saúde mental dos membros da família.	melhora representativa em todos os fatores avaliados pela escala. A intervenção mostrou efeito positivo na qualidade da interação familiar, principalmente no fator relacionado à comunicação.
--	------------------------	--	--	--	--

FONTE: Elaborado pelos autores.

Os resultados encontrados na busca abrangem diversos temas, métodos e objetivos, integrando cinco (artigos 1, 4, 6, 7 e 8) pesquisa de campo, uma revisão de literatura (3), e outra revisão integrativa (2), quatro artigos (1, 5, 6, 7) estudos do tipo qualitativo, do qual o oitavo (artigo 8) é qualitativo e quantitativo, e um (artigo 4) sendo coorte retrospectivo, em que o autor esteve no campo de estudo durante um período de tempo.

Notou-se que 62,5% dos artigos (artigos 1, 4, 5, 7 e 8) encontrados abordam a relevância da família no desenvolvimento da criança, mesmo que de maneira separada, apontando para a importância destes nesse processo do amadurecimento, e 25% (artigos 2 e 3) citam a violência como um agravante no processo de interações que influenciam no progresso educacional da criança.

No que compete às temáticas abordadas além do tema central, verifica-se que no artigo 2 tratam de um tema secundário (gênero sexual sobre a ótica da violência), podendo apontar para a diversidade de enfoques possíveis para o estudo da criança e de seu desenvolvimento.

Cinco dos artigos trazem o enfoque em família (artigos 1, 4, 5, 7 e 8), entretanto, apenas o artigo 1 traz breves colocações sobre o tema referido, sendo abundante em temáticas sobre o desenvolvimento infantil e educação, onde se percebe uma maior carência nos demais artigos.

Os anos dos artigos são bem variados, sendo no máximo dois estudos no mesmo ano, sendo o artigo mais recente de 2021, dois anos atrás, o que aponta para necessidade de novas publicações sobre o tema. Diante disso, conclui-se que 50% dos artigos foram publicados a mais de seis anos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 Negligência e suas implicações no desenvolvimento sócio-afetivo

Observa-se que a negligência é um problema de saúde pública e que atinge inúmeras famílias na sociedade. No artigo 5, Mata, Silveira e Deslandes (2017) realizaram uma análise das denominações atribuídas às famílias no cuidado de crianças, discutindo suas implicações. Nesse sentido, segundo os autores, a negligência é considerada uma das formas de violência interpessoal, juntamente com a violência física, psicológica e sexual.

Nunes e Sales (2016), no artigo 2, apresentam outra perspectiva sobre a negligência, conceituando-a como uma forma de violência complexa e problemática, representando uma questão social e de saúde pública. Sendo identificada como uma forma mais comum do abuso infantil, com efeitos diretos no desenvolvimento socioafetivo da criança. Sendo assim, o autor utilizando uma expressão determinista ressalva que, conseqüentemente, indivíduos que foram vítimas de negligência ou qualquer outra forma de violência durante seus primeiros anos de vida, podem apresentar como fator de risco desvios de conduta, entretanto, o mesmo evidencia que essa afirmação envolve aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família.

Estes autores entram em concordância na definição do conceito de negligência, afirmando ser uma questão de saúde pública, como também uma questão social, atingindo diversas famílias em todo o mundo. Os autores ainda ressaltam as implicações que a família tem no desenvolvimento da criança.

No artigo 5, o autor comentará sobre o papel da família no desenvolvimento infantil e ressalta como esse ambiente familiar pode se tornar um local desprovido de proteção e cuidado.

A violência contra crianças e adolescentes tem sido considerada complexa, vinculada a conflitos familiares de um núcleo que tem papel essencial no desenvolvimento da criança, por ser o primeiro ambiente socializador, devendo atuar nas funções de proteção, transmissão de cultura, regras sociais, e relações de solidariedade, além da manutenção das diferentes necessidades do indivíduo. Entretanto, este núcleo pode-se tornar um local desprovido de respeito e proteção, tornando-se opressor, hostil, gerando violência doméstica de pais contra filhos (MATA; SILVEIRA; DESLANDES, 2017).

De acordo com Nunes e Sales (2016), artigo 2, o ambiente domiciliar é um o local em que grande parte das vezes ocorrem as violências, especialmente em crianças que passam grande parte do tempo lá. Os autores ainda colocam que quanto menor a idade, mais vulnerável ela é à violência, já que seus cuidados dependem inteiramente do cuidador.

A negligência, abandono e privação de cuidados se caracterizam pela falta de atenção, omissão, recusa ou abandono de cuidados essenciais para aqueles que deveriam receber assistência. Essas práticas são realizadas por adultos, pais ou outros responsáveis por crianças e adolescentes, bem como por instituições, quando deixam de oferecer atenção básica necessária para o desenvolvimento físico, emocional, social e moral (FRANZIN et al 2013).

Sendo assim, a negligência pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a ausência de cuidados básicos, emocionais e sociais (QUITERIO et al 2021). Os autores ainda enfatizam que a negligência é prevalente em várias localidades e se torna preocupante, ao representar cerca de 40% das fatalidades registradas, embora possa não inspirar o mesmo nível de indignação que outros tipos de violência, como a violência física e sexual.

Então, é possível sugerir o grande impacto social dos outros tipos de violência contra crianças, como, por exemplo, a violência física e sexual, que repercute de maneira mais intensa na sociedade, obtendo grande visibilidade, uma vez que há diversas políticas públicas direcionadas a estes casos (NUNES; SALES, 2016).

Segundo Franzin et al (2013), no artigo 3, os autores salientam a questão da negligência ser um problema bastante comum, mas ainda tem recebido menos atenção em comparação ao abuso físico e sexual. Discorrem também sobre os impactos dos maus-tratos físicos, como agressões, podem causar lesões, queimaduras, prejuízo no seu crescimento ou até mesmo a morte. Já os impactos psicológicos causados pelas agressões podem refletir na aprendizagem, perda de confiança nas pessoas, apatia, agressividade e outros. Já as sequelas da violência sexual, observam-se nas crianças e adolescentes um sentimento de culpa, baixa autoestima, podendo apresentar problemas de crescimento e desenvolvimento físico-emocional, e vulnerabilidade a ideias e tentativas de suicídios.

Abandono e privação de cuidados são as formas mais graves de negligência, e sua definição como forma de violência pode variar conforme as diferentes classes sociais. A negligência tal qual a violência são descasos que expõem a criança a uma série de riscos à vida, incluindo desnutrição, atraso escolar, comportamentos hiperativos ou hipoativos, acidentes como atropelamento e queimaduras, ingestão de produtos de limpeza, enfermidades frequentes, abuso sexual, escabiose, além de falta de medicamentos, cuidados com a saúde e educação, higiene precária, falta de estímulos e proteção contra condições climáticas extremas (FRANZIN et al 2013).

As discussões acerca de negligências centralizam as famílias como local de cuidados ou ausência dos mesmos na infância. Diante do direcionamento da responsabilidade com os

cuidados durante este período, muitas famílias são consideradas negligentes (MATA; SILVEIRA; DESLANDES, 2017).

Posto isso, conclui-se que o tema abuso e negligência contra crianças, é um problema social que não se limita às áreas jurídicas, da saúde, educação, ou da assistência social, mas sim de toda uma sociedade, cujos profissionais e a comunidade devem estar aptos a identificar e a denunciá-los assim que possível.

5.2 Família e os cuidados parentais no desenvolvimento sócio afetivo de crianças

De acordo com Mata, Silveira e Deslandes (2017), o conceito de lar, casa ou moradia refere-se à rede de relações que se constrói em torno da família. Esse conceito não é exatamente o ponto de partida para a criação dessa rede, mas sim um aspecto que contribui para a formação de laços fortes com nossas ideias de família.

Em seu estudo, Quitério et al (2021) ressaltam a importância da demonstração de afeto e carinho em famílias para incentivar momentos emocionais positivos. Para analisar essas exposições emocionais, os autores propõem uma tarefa que envolve a criação de uma lista de atividades para cada criança, a fim de tornar o ambiente mais acolhedor. Os resultados obtidos pelos autores revelaram que a grande maioria das respostas (83%) envolveu ações como presentear, oferecer toque físico e passar tempo juntos.

Segundo Nunes e Sales (2014), a casa é um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento das crianças. No entanto, a violência contra menores pode ser vista como uma violação grave dos seus direitos fundamentais. O autor também destaca em sua pesquisa que a agressão psicológica é um tema pouco explorado.

Silva e Pereira (2018) argumentam que, frequentemente, são os pais que têm a responsabilidade primária de ensinar aos filhos as regras e valores necessários para sua socialização, incentivando e facilitando formas eficazes para aprenderem e se desenvolvam. De fato, os pais fornecem a base para a socialização de seus filhos, destacando o papel fundamental desempenhado pelas figuras parentais na educação e socialização das crianças.

Entretanto, Nunes e Sales (2014) destacam que em locais onde a violência contra crianças é predominante, ela pode ser vista como um estressor poderoso associado ao processo natural de crescimento e desenvolvimento, e, portanto, deve ser analisada de forma holística. Entre as formas de violência mais comuns, os autores citam a negligência, que é

difícil de ser definida, ao envolver aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família ou grupo social. A negligência é, de fato, a forma mais comum de abuso contra crianças e jovens.

Neste sentido, Mata, Silveira e Deslandes (2017) destacam que, embora seja importante problematizar as questões sociais que interferem no conceito de negligência familiar, isso não deve eximir o atendimento dos casos que ocorrem no domicílio. É fundamental haver cuidado com as crianças, pois existem situações de abandono que colocam a vida delas em risco. Segundo os autores, casos de negligência são mais comuns entre mães adolescentes, pais viciados em drogas, lares desfeitos e, em geral, famílias infelizes.

Para Franzin et al (2013), a família desempenha um papel fundamental na socialização dos indivíduos, protegendo e atendendo às suas necessidades, transmitindo valores, hábitos e costumes éticos e humanitários que contribuirão para a formação de vínculos de individualidade, solidariedade, amor e confiança. Além disso, a família influencia o desenvolvimento das crianças, estruturando e definindo seus limites, valores, educação, senso de pertencimento e significado. No entanto, Gomes et al. (2015) destacam que, embora seja inquestionável a importância da família e seu impacto na vida das crianças e dos indivíduos, é necessário considerar a singularidade do contexto familiar e da criança.

De acordo com Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018), o pluralismo das famílias é resultado das mudanças nas relações de gênero e da relação diferencial entre autonomia individual e pertencimento familiar, causadas por diversos eventos, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a introdução e aprimoramento de métodos contraceptivos, o divórcio, entre outros.

Por isso, Ferreira, Conceição e Gontijo (2018) ressaltam que, embora os direitos positivos tenham sido ampliados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1988, há uma série de problemas sociais que continuam a ser enfrentados, incluindo a diminuição da responsabilidade do Estado e a falta de políticas públicas coerentes.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, crianças em famílias monoparentais têm 80% mais chances de sofrer violência e duas vezes mais chances de serem negligenciadas. Os autores ressaltam ainda que é necessário criar políticas públicas mais eficazes que assegurem o cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes e que incentivem a denúncia de situações de violência doméstica. Eles defendem a importância da educação e conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, bem como a necessidade de um trabalho em rede, envolvendo diversos setores da sociedade, para prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes.

Pensando nisso Franzin et al. (2013) destacam a complexidade do problema da violência doméstica e a necessidade de medidas efetivas para combater suas causas. É importante que a sociedade na totalidade assuma a responsabilidade de proteger os mais vulneráveis e criar um ambiente seguro e saudável para todos. Além disso, é necessário que as autoridades governamentais implementem políticas públicas coerentes e eficazes que ajudem a prevenir e punir a violência doméstica, bem como oferecer apoio e assistência às vítimas.

De acordo com Ferreira, Conceição e Gontijo (2018), a identificação da mãe como responsável pela agressão confirma a ocultação dos fatos, a frequência da presença da mãe e vai ao encontro de pesquisas que abordam a violência contra a criança. Franzin et al. (2013) destacam que fatores de risco associados à violência doméstica incluem o ambiente familiar, pais jovens, conflito entre solteiros ou conjugais, novos relacionamentos, desagregação familiar, pobreza e desemprego do chefe da família.

De acordo com Franzin et al. (2013), em situações de abandono familiar, as mães que cuidam sozinhas da família podem ser obrigadas a aceitar empregos mal remunerados, o que pode deixar seus filhos sem supervisão. Esses indivíduos podem acabar envolvidos em comportamentos delinquentes, como uso de drogas ilícitas e álcool, libertinagem e prostituição, bem como cometer crimes e homicídios, além de criar novas famílias sem acesso à educação e apoio emocional, perpetuando o problema e re-vitimizando crianças.

Gomes et al. (2015) enfatizam que as estratégias de compartilhamento do cuidado infantil são diversas: escolas de tempo integral, creches públicas, babás, escolas especializadas, vizinhas, crianças entregues aos seus próprios cuidados, avós atenciosos, etc., necessitando considerar a transformação da natureza materna.

De acordo com Nunes e Sales (2014), a ausência de cuidado materno é um fator estressor significativo que tem impacto direto no desenvolvimento infantil. Crianças que sofrem negligência ou qualquer outro tipo de violência durante a primeira década de vida frequentemente apresentam comportamentos desviantes, incluindo violação de regras sociais.

Gomes et al. (2015) destacam sobre a figura do pai; por isso, é preciso discutir o que pouco foi dito, já que o pai sequer é mencionado na pesquisa desses autores, aparecendo em três entrevistas sendo eles Quieterio et al (2021), Scaglia et al (2018) e Silva e Pereira. Por sua vez, Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018) constataram em seu estudo que a paternidade é representada na maioria das vezes como uma atitude de imposição de autoridade, enquanto a maternidade é uma atitude de afeto.

Ainda no estudo de Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018), todos os pais indicaram que sua relação com as filhas era influenciada direta ou indiretamente pela figura

materna. Segundo os autores, ao contrário, a maioria dos pais é percebida pelas filhas como distantes, contraditórios, inconsistentes, com pouca espontaneidade. Com isso, as meninas mostram que se sentem inseguras em experimentar seus próprios impulsos destrutivos, que na percepção Winnicotiana é fundamental para o seu desenvolvimento, Vale destacar que nesse artigo o autor utilizou em toda estrutura do artigo a abordagem psicanalista.

Silva e Pereira (2018) constataram no seu estudo que os tutores participativos, ou seja, aqueles cujo estilo parental combina um elevado nível de controle, mas ainda assim empático, compreensivo e envolvido, possibilitam relações de mão dupla, onde as crianças estão abertas ao diálogo e expressão dos seus sentimentos e opiniões.

No estudo de Scaglia, Mishima-Gomes e Barbieri (2018) os autores destacam que o crescimento infantil é um processo que desafia os pais a continuarem seu próprio desenvolvimento. Em sua pesquisa foi compreendido que os pais são menos claros sobre onde se encaixam em seu relacionamento com as filhas, e na visão dos próprios entrevistados eles atribuem seu papel como autoridade e a mãe com uma ligação mais afetuosa e cuidadosa. Silva e Pereira (2018) confirmam essa visão com seu estudo, em que a criança entrevistada citou que seus pais poderiam ser comparados ao filme “divertidamente”, onde sua mãe seria a alegria e o seu pai a raiva, pois vive estressado. O prejuízo é agravado pelo fato de ser difícil construir essa relação no dia a dia porque os pais demonstraram que se conformam com um ideal pré-estabelecido. Portanto, parece haver uma sensação de não pertencimento e uma sensação recorrente de distância que cria um sentimento constante de necessidade de se conectar.

De acordo com Franzin et al. (2013), apesar da violência existir desde a antiguidade e ser documentada em registros históricos como a Bíblia e os livros greco-romanos, a partir da década de 1960 a sociedade começou a se preocupar com a abolição do castigo e do abuso infantil, e isso passou a ser objeto de discussão e estudo no campo da saúde.

Segundo Ferreira, Conceição e Gontijo (2018), a violência contra crianças no ambiente familiar é um tema complexo, ambíguo e controverso, impossibilitando a conclusão definitiva sobre o assunto. Para Franzin et al. (2013), o conflito nuclear familiar é um fator crucial no desenvolvimento infantil, pois é o primeiro ambiente socializado que deve fornecer proteção, transmissão cultural, regras sociais, relações de solidariedade e atender às necessidades individuais.

No estudo de Quitério et al. (2021), foi destacada a relevância do diálogo para lidar com o desvio de conduta das crianças, por meio de conversas para explicar o ocorrido e suas consequências. Os resultados da intervenção indicaram uma significativa melhora em todos os

fatores avaliados, segundo os relatos dos familiares. Sob orientação, os participantes aprenderam a lidar com o mau comportamento e a desobediência dos filhos com mais paciência e a observar a verdadeira natureza das contrariedades deles.

Outro ponto que os autores ressaltaram é que as crianças passaram a se comunicar mais e com calma, demonstrar mais carinho e enfatizar as brincadeiras juntos. Assim, é enfatizado pelos mesmos a importância da comunicação e envolvimento dos pais na vida diária das crianças, bem como a relação positiva dessa relação com o desenvolvimento das habilidades sociais dos filhos. Contudo, apesar dos bons resultados, os autores também mencionam a dificuldade de mudar as regras iniciais estabelecidas pelos pais.

Para Quitério et al. (2021), a qualidade da relação entre o cuidador e a criança/adolescente é essencial para o desenvolvimento infantil e para a capacidade de gerar processos de resiliência, contribuindo para um funcionamento familiar e individual saudável. Nesse sentido, Franzin et al. (2013) destacam a importância de fortalecer as intervenções com as famílias, estimulando o diálogo entre pais e filhos, proporcionando amor e carinho, conscientizando-os de seu papel social na proteção de crianças e jovens e fazendo valer seus direitos, legalmente garantidos por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Gomez et al. (2015) ressaltam a importância de que os profissionais de saúde e educação tenham conhecimento sobre o território e a comunidade em que a criança vive, assim como as pessoas ao seu redor. É essencial que esses profissionais estejam atentos aos recursos disponíveis na comunidade e que os municípios considerem a criação de redes de apoio social para dar suporte a essas crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados e da análise elaborada, entende-se que a violência por consequência da negligência é uma questão complexa, e de responsabilidade não apenas dos responsáveis, mas uma demanda de saúde pública, ou seja, embora fatores sociais representem grande parte dessa omissão, como, por exemplo, um local desprovido de cuidado e acolhimento, a falta de amparo, de conscientização, de informação e de proteção de serviços públicos pode contribuir para a intensificação dessa negligência.

As consequências do abandono e a falta de atenção básica necessária para o processo de crescimento da criança manifesta os diversos impactos físico, emocional, social, cultural, psicológico, educacional e moral na vida da criança. Por isso, buscar entender sobre as relações familiares em que as mesmas estão inseridas, pode nos ajudar nesse entendimento.

Embora a discussão acerca de descuido seja equivocadamente associada a pessoas com baixa renda, podemos compreender que essa realidade também está presente em família de classes com maior poder aquisitivo.

Conforme os artigos apresentaram, momentos de afeto e carinho são fatores que aumentam e contribuem para o aprendizado e desenvolvendo da criança, papel esse fundamental dos pais em relação a sua contribuição na educação e civilização da mesma. Constatou-se que deve haver o cuidado com as crianças, pois a negligência é a mais comum das formas de abuso, visto que muitas vezes coloca a vida delas em risco, principalmente em locais onde a violência é predominante.

Identificar a negligência é uma responsabilidade de todos em resguardar aqueles que estão mais vulneráveis, do mesmo modo de políticas públicas eficazes, onde abaxem os números estatísticos sobre a violência contra crianças e adolescentes, pois estamos sempre em constante evolução, e as crianças de hoje serão os adultos de amanhã, então criar um ambiente de diálogo seguro, tratando-os como cidadãos de direitos, resultará em um futuro melhor espaço familiar saudável.

As limitações encontradas nesse estudo estão na dificuldade em encontrar artigos que citam essa pauta relacionada com a violência psicológica, desta forma deixamos pontos de atenção para tornar essa temática extremamente importante, mais relevante, para práticas visando intervir no processo de negligência.

É aconselhável avaliar e atualizar constantemente as informações conforme as novas normas, estatísticas, formas de abordagem, intervenções e procedimentos relacionados ao assunto, pois o conhecimento não é um recurso finito. Pesquisas futuras também devem ser feitas podendo ser utilizado esse estudo comparativamente. É fundamental incentivar o uso desse artigo como ajuda e a mudança de comportamento de pais em seu convívio com seus filhos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luciana. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Summus Editorial, 2014.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**; Tradução de Dora Flaksman.- 2.ed. – Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BEZERRA LINS, Samuel Lincoln et al. A compreensão da infância como construção sócio-histórica. **CES Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 126-137, 2014.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, 16 jul 1990 a.

CALDEIRA, Laura Bianca. O conceito de infância no decorrer da história. **Educadores**, 2010.

COLERE, Joice et al. OS PREJUÍZOS NO DESENVOLVIMENTO COMPORTAMENTAL DE CRIANÇAS QUE SOFRERAM NEGLIGÊNCIA. **ANAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, v. 19, n. 19, 2021.

CORREA, Wesley; MINETTO, Maria de Fatima; CREPALDI, Maria Aparecida. Família como promotora do desenvolvimento de crianças que apresentam atrasos. **Pensando famílias**, v. 22, n. 1, p. 44-58, 2018.

DA SILVA, Carla Alves; REBELATTO, Djalma; GOUVEIA, D. E. O conceito de família sob as novas perspectivas sociais. **Revista Científica UNAR**, v. 19, n. 2, p. 127, 2019.

DA SILVA, Emily Ribeiro; PEREIRA, Melina Carvalho. A criança em foco: conversando sobre práticas parentais e estratégias de negociação. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 3, 2018.

DAÍ PRÁ, Desireè. **A diversidade na configuração familiar: revisão de literatura**. 2013.

DOS SANTOS, Ana Cristina. A INTERAÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. **Unificada: Revista Multidisciplinar da FAUESP**, v. 2, n. 2, p. 119-124, 2020.

DOS SANTOS, Juliara Dias; MOLINA, Adão Aparecido. Infância e história: a criança na modernidade e na contemporaneidade. **Travessias**, v. 13, n. 1, p. 189-204, 2019.

ERCOLE FF, Melo LS, ALCOFORADO CLGC. Revisão integrativa *versus* sistemática. **Rer Min Enferm**. 2014;18(1):10.

FARIA, Daniela Rodrigues et al. **Contribuições da teoria psicogenética de Henri Wallon à Educação Infantil**. 2015.

FERREIRA, Cleiciara Lúcia Silva; CÔRTEZ, Maria Conceição J. Werneck; GONTIJO, Eliane Dias. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3997-4008, 2019.

FRANZIN, LUCIMARA CHELES DA SILVA et al. Violência e maus-tratos na infância e adolescência. **UNINGÁ review**, v. 16, n. 3, 2013.

GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Angela Mattar; ALMEIDA, Ana Maria Tomás. Educação parental e pedagogia social: avaliação de uma proposta de intervenção. **Educação. Porto Alegre**, Porto Alegre , v. 39, n. 1, p. 94-104, abr. 2016 .

GOMES, Ana Catarina Freitas. **Maus tratos: a negligência parental e a proteção social dos menores-uma visão sobre as concepções dos profissionais**. 2018. Tese de Doutorado.

GOMES, Fernanda Márcia de Azevedo et al. Saúde mental infantil na atenção primária à saúde: discursos de profissionais médicos. **Saúde e Sociedade**, v. 24, p. 244-258, 2015.

GUIMARÃES, Alessandro Fernandes et al. Risco de atraso no desenvolvimento de crianças de dois a 24 meses e sua associação com a qualidade do estímulo familiar. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, p. 452-458, 2013.

HAHN, Tamiris de Oliveira; FERRARO, José Luís Schifino. Aproximações entre as teorias de Wallon e Vygotsky no campo da educação: um olhar sobre a afetividade. **Perspectiva**, Florianópolis , v. 36, n. 4, p. 1321-1337, out. 2018

MARTURANO, Edna Maria; ELIAS, Luciana Carla dos Santos. Família, dificuldades no aprendizado e problemas de comportamento em escolares. **Educar em Revista**, p. 123-139, 2016.

MATA, Natália Teixeira; SILVEIRA, Liane Maria Braga da; DESLANDES, Suely Ferreira. Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2881-2888, 2017.

MEGALE, Antonieta Heyden; LIBERALI, Fernanda Coelho. As implicações do conceito de patrimônio vivencial como uma alternativa para a educação multilíngue. **Revista X**, v. 15, n. 1, p. 55-74, 2020.

NUNES, Antonio Jakeulmo; SALES, Magda Coeli Vitorino. Violência contra crianças no cenário brasileiro. **Ciencia & saude coletiva**, v. 21, p. 871-880, 2016.

Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). Desenvolvimento humano. Artmed editora.

PASIAN, Mara Silvia et al . Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 17, n. 2, p. 61-70, dez. 2013 .

PEREIRA, Beatriz Garcia et al. **A afetividade no desenvolvimento infantil: contribuições de Wallon**. 2017.

QUITERIO, Patricia Lorena et al. Programa de orientação familiar desenvolvido no serviço de psicologia aplicada de uma universidade pública. **Psicologia Clínica**, v. 33, n. 1, p. 119-139, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceptuais e praxeológicos**. 2013.

SCAGLIA, Andressa Pin; MISHIMA-GOMES, Fernanda Kimie Tavares; BARBIERI, Valéria. Paternidade em diferentes configurações familiares e o desenvolvimento emocional da filha. **Psico-USF**, v. 23, p. 267-278, 2018.

SILVA, Thalita Rodrigues; GONTIJO, Cristina Silva. A família e o desenvolvimento infantil sob a ótica da gestalt-terapia. **IGT na Rede**, v. 13, n. 24, p. 15-36, 2016.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991